



廉政公署
CCAC

TRIMESTRAL
ISSN 1682-8739

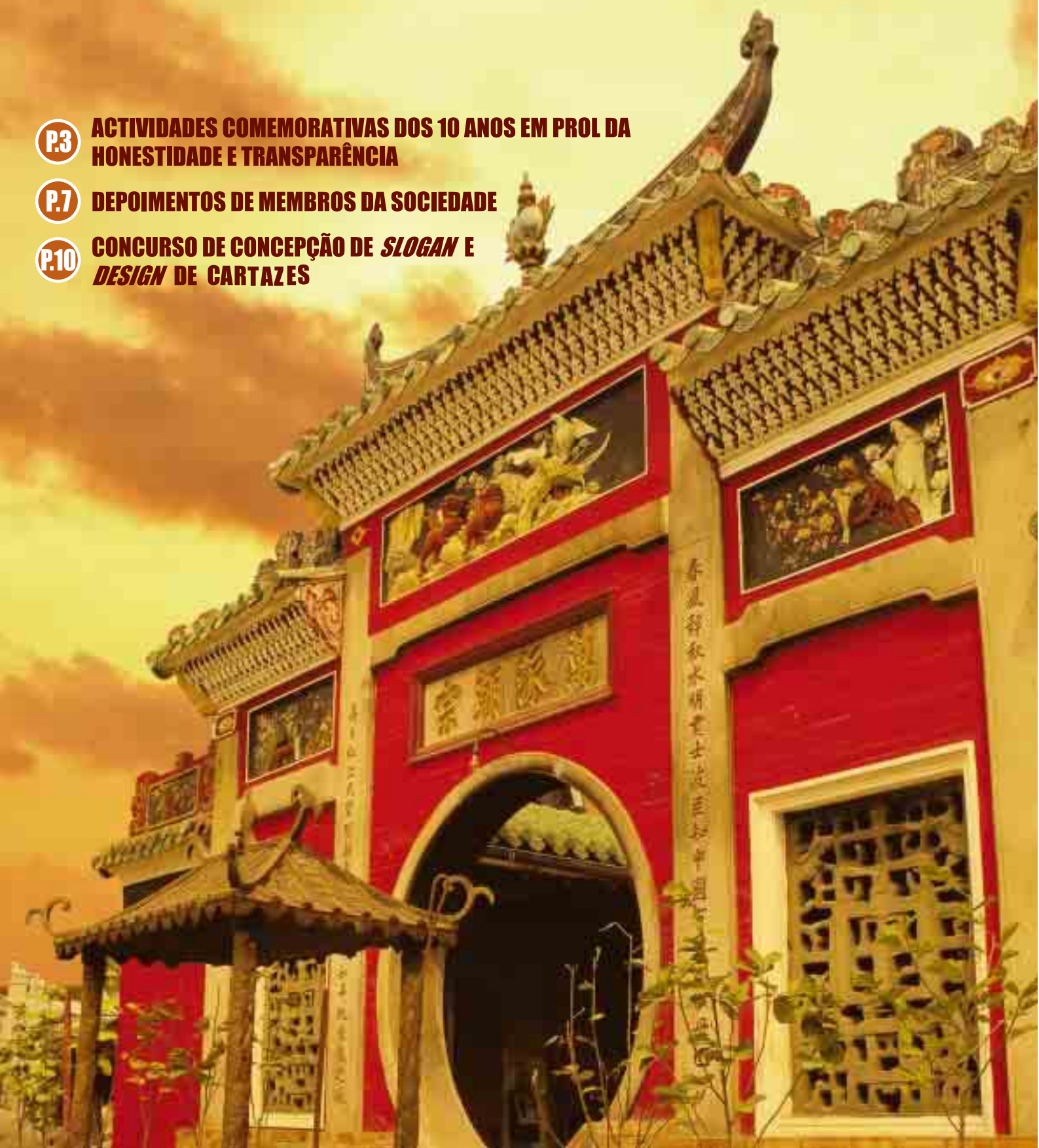
Boletim
do

CCAC

P.3 ACTIVIDADES COMEMORATIVAS DOS 10 ANOS EM PROL DA HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

P.7 DEPOIMENTOS DE MEMBROS DA SOCIEDADE

P.10 CONCURSO DE CONCEPÇÃO DE *SLOGAN* E *DESIGN* DE CARTAZES





ÍNDICE

- 2 Estrela Polar
- 3 Actividades Comemorativas dos 10 Anos em prol da Honestidade e Transparência
- 7 Depoimentos de membros da sociedade
- 8 Novidades
- 10 Concurso de concepção de *slogan* e *design* de catarzes
- 12 Recortes de jornais
- 13 Legislação (perguntas e respostas)
- 14 Miradouro
- 15 Citação

Boletim do CCAC

N.º 3 – Outubro de 2002

Edição: Comissariado contra a Corrupção

Coordenação: Departamento de

Relações Comunitárias

Design: Top Design

Tiragem: 1,500

As sugestões e os pedidos de aquisição do Boletim do CCAC devem ser dirigidos ao Comissariado contra a Corrupção:

Departamento de Relações Comunitárias

Alameda Dr. Carlos d'Assumpção,

Edif. Dynasty Plaza, 14.º andar, Macau

Tel: (853) 326300

Fax: (853) 362336

<http://www.ccac.org.mo>

ISSN 1682-8739

ESTRELA POLAR

O CCAC lançou recentemente a edição especial "10 Anos em prol da Honestidade e Transparência em Macau", tendo por objectivo evocar o passado e perspectivar o futuro. Aproveitamos esta oportunidade para manifestar os nossos sinceros agradecimentos pela atenção e cooperação dispensadas ao nosso trabalho pelos diversos sectores da sociedade, bem como a esperança de poder contar com um apoio ainda maior do público aos nossos esforços visando uma sociedade mais justa e incorrupta.

Aqui transcrevemos, aos caros leitores, a mensagem de Sua Excelência o Chefe do Executivo da RAEM, Dr. Ho Hau Wah.

O editor



MENSAGEM DO CHEFE DO EXECUTIVO DIRIGIDA À EDIÇÃO

"10 Anos em prol da Honestidade e Transparência"

Uma sociedade íntegra, sem corrupção, é a pedra de toque para o avanço da civilização e para o desenvolvimento sócio-económico, sendo também, de há muito, o desejo dos cidadãos de Macau.

Em 1999 foi estabelecida a Região Administrativa Especial de Macau. De harmonia com a Lei Básica, foi criado o Comissariado contra a Corrupção (CCAC), vocacionado para o combate à corrupção, constituindo um passo importante para a concretização desse objectivo. Hoje, volvidos 10 anos de luta contra a corrupção, desde a criação do extinto Alto Comissariado contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa até ao actual CCAC, é socialmente reconhecido o êxito obtido nessa missão.

Mas isto não significa que o caminho percorrido tenha sido fácil. A revista comemorativa "10 Anos em prol da Honestidade e Transparência" regista os momentos importantes e difíceis no combate à corrupção e pode ser tida como um espelho do desenvolvimento social de Macau durante os últimos 10 anos. A publicação desta revista tem, por isso, um sentido histórico e pedagógico.

Depois do estabelecimento da RAEM registou-se um grande progresso no combate à corrupção e este progresso tem como corolário o sucesso das políticas de "Um país, dois sistemas", "Macau governado pelas suas gentes" com alto grau de autonomia. Mas a corrupção dificilmente é passível de ser totalmente eliminada, pelo que o CCAC continuará a desempenhar um papel importante no futuro. O Governo da RAEM continuará a apoiar activamente o seu trabalho, com o fim de promover o espírito da incorruptibilidade e de empenho no seio da Administração e de garantir uma sociedade justa e íntegra.

**O Chefe do Executivo da
Região Administrativa Especial de Macau
Ho Hau Wah**

ACTIVIDADES COMEMORATIVAS DOS 10 ANOS EM PROL DA HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA



Cerimónia de inauguração do Seminário sobre “A Incorrutibilidade e o Cumprimento da Lei”, promovido pelo CCAC: Sua Excelência o Chefe do Executivo da RAEM, Dr. Ho Hau Wah, e convidados provenientes do continente da China, Macau, Hong Kong, Taiwan e Egipto

Em homenagem ao 10.º aniversário do combate à corrupção, o CCAC promoveu um seminário subordinado ao tema “A Incorrutibilidade e o Cumprimento da Lei”, que teve lugar em 13 de Setembro (sexta-feira), do corrente ano, no Grand Hall (4.º andar) da Torre de Macau.

O objectivo da iniciativa consistiu em reunir especialistas e académicos do continente da China, Macau, Hong Kong e Taiwan para discutir e trocar experiências sobre as formas de promoção e consolidação da incorruptibilidade e integridade dos funcionários públicos.

Assistiram a este seminário mais de trezentas pessoas, incluindo titulares de serviços e entidades públicas, magistrados, trabalhadores da função pública, académicos, representantes das associações e estudantes de direito. As comunicações apresentadas no seminário serão compiladas numa colectânea, a publicar pelo CCAC, para que as observações e reflexões dos especialistas e académicos sejam partilhadas pelo público, de modo que este consciencialize a necessidade de uma administração transparente e incorrupta.



Lançamento do selo comemorativo: o Comissário contra a Corrupção, Dr. Cheong U, e o Director dos Serviços de Correios, Eng. Carlos Alberto Roldão Lopes, oferecem conjuntamente o selo comemorativo dos 10 Anos em prol da Honestidade e Transparência a Sua Excelência o Chefe do Executivo



Audiência de Sua Excelência o Chefe do Executivo aos chefes das delegações do exterior



A delegação da ICAC de Hong Kong na recepção de boas-vindas

Publicidade do seminário no ecrã situado no exterior do edifício, em que o mesmo decorreu

SEMINÁRIO SOBRE “A INCORRUPTEBILIDADE E O CUMPRIMENTO DA LEI”



YU GUOQING, Delegada do Procurador, com a categoria de directora e destacada junto da Direcção Geral dos Serviços contra a Corrupção do Supremo Tribunal Popular

Características dos actuais crimes de corrupção e outros crimes praticados no exercício de funções públicas e a sua prevenção

“(…) graças ao reforço desenvolvido no âmbito da reforma e na sequência da adesão da China à WTO (Organização Mundial de Comércio), os crimes de corrupção e outros cometidos no exercício de funções públicas apresentam novos aspectos, cujas características são as seguintes: 1) As empresas do Estado passam a ser locais, aumentando as oportunidades de ocorrência de casos de corrupção; 2) As formas de compra e venda de poder, utilizadas por membros dos órgãos partidários e políticos, revelam-se cada vez mais subtis, ocultas e inovadoras, a par de um aumento da criminalidade no seio dos altos funcionários de direcção e das chefias jovens; 3) A corrupção no Sector de Finanças estende-se à camada superior da administração. Impõe-se, por isso, construir um sistema defensivo que, assente na pedagogia, vise o combate e a prevenção. A prevenção e o combate à corrupção, através do sistema, constitui uma estratégia fundamental para a resolução do candente problema da corrupção numa sociedade que se deseja ver regida por leis que primem pela actualidade.”

LEE SIU-KWONG, Comissário da ICAC de Hong Kong

O sucesso do lançamento da 1ª pedra em Hong Kong – A formação de uma equipa de funcionários públicos incorruptos

“O sucesso de Hong Kong, ou seja, a mudança do ambiente corrupto, verificado no passado, para uma sociedade íntegra, internacionalmente reconhecida, dependeu muito de uma estratégia singular de combate à corrupção. Em primeiro lugar, a determinação do Governo no combate à corrupção era inquestionável e todos os estratos sociais sentiam repugnância pela corrupção, pelo que o seu combate surgiu como um objectivo comum a todos os membros da sociedade. Em segundo lugar, para tal foi importante a completa independência da ICAC, de Hong Kong, a qual não se encontra sujeita à interferência de qualquer entidade pública ou privada, quer quanto ao seu funcionamento, quer quanto ao combate à corrupção.”



AFONSO CHAN, Adjunto do Comissário, do Comissariado contra a Corrupção de Macau

Abordagem da Criação de um Ambiente Incorrupto na Função Pública de Macau

“Sendo a implantação da ideia da incorruptibilidade uma construção ética de alto nível, como se podem sensibilizar os funcionários públicos para agirem de forma honesta e correcta? É um assunto a que o CCAC dá muita importância. (...) perante uma equipa de funcionários públicos em crescimento, há vários aspectos, a que o Governo deve prestar atenção: 1) Criar nos funcionários públicos o sentido de missão; 2) Criar nos funcionários públicos o sentido de responsabilidade; 3) Promover a fidelidade e a honestidade; 4) Promover a ética dos funcionários públicos; 5) Levar a bom termo o trabalho de consolidação da confiança; 6) Promover a fiscalização e o apoio da sociedade.”

CHEN JUNG-LUNG, Director da Faculdade do Direito da Universidade de Fu Jen, Taiwan

Situação actual do crime de corrupção de Taiwan, suas causas e medidas defensivas

“Para resolver a questão do crime de corrupção é necessário, por um lado, que o Governo estabeleça um mecanismo eficaz de fiscalização, denúncia e investigação e, por outro, proceda a uma reforma na educação e no sistema.”



XU TIANXIANG, Procurador Adjunto da Procuradoria Popular da Província de Guangdong

A prevenção contra os crimes cometidos no exercício de funções públicas e a promoção da incorruptibilidade dos funcionários públicos

“A prevenção contra os crimes cometidos no exercício de funções públicas e a promoção da incorruptibilidade partem da estrutura social, já que não bastam os trabalhos desenvolvidos por um único órgão especializado, mas torna-se indispensável, ainda, a colaboração estreita entre esse órgão e a sociedade, no intuito de estabelecer uma rede preventiva que cubra toda a sociedade.”



SEMINÁRIO SOBRE “A INCORRUPTEBILIDADE E O CUMPRIMENTO DA LEI”



Vista da sala do Seminário sobre “A incorruptibilidade e o Cumprimento da Lei”

LUO WEIJIAN, Professor da Faculdade do Direito da Universidade de Macau

O predomínio do Executivo e a incorruptibilidade dos funcionários públicos

“Sendo o predomínio do Executivo um princípio fundamental do sistema político da Região Administrativa Especial de Macau, torna-se necessário, para salvaguarda da sua posição e pôr em funcionamento o seu papel, em ordem a responder às expectativas e solicitações dos cidadãos para com os funcionários públicos, formar e criar uma equipa de qualidade. Quais os critérios e requisitos para isso? A resposta é óbvia: uma equipa de funcionários públicos incorruptos e respeitadores da lei. Por isso, o reforço da sensibilização, que alerte para a incorruptibilidade e o cumprimento da lei por parte dos funcionários públicos, reveste-se de extrema relevância, na medida em que o sucesso ou não do exercício do predomínio do Executivo, deles está dependente.”



XIE GULIANG, Subdirector dos Serviços de Supervisão da Província de Guangdong

Os esforços e o sucesso alcançado na prevenção contra a corrupção relativa às obras públicas da Província de Guangdong

“Ao fim de vários anos de contínuos esforços, a Província de Guangdong conseguiu atingir um sucesso significativo, em termos de regularização e ordenação do mercado da construção civil e da disciplina dos actos desse mesmo mercado. Em primeiro lugar, registou-se um aumento substancial no número de concursos públicos; em segundo lugar, verificou-se uma redução generalizada nos preços das obras; em terceiro lugar, merece destaque também o aperfeiçoamento notado na qualidade das obras.”

TOU WAI FONG, Adjunta do Comissário do Comissariado contra a Corrupção de Macau

O papel do CCAC de Macau no combate à corrupção e na promoção da integridade e transparência

“Como instrumento mais poderoso do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para combater a corrupção e promover a integridade, o Comissariado contra a Corrupção tem os seus pilares bem assentes: quer nas disposições da Lei Básica (“...dispõe de um Comissariado contra a Corrupção que funciona como órgão independente. O Comissário contra a Corrupção responde perante o Chefe do Executivo”); quer no âmbito das suas atribuições e competências; quer no que se refere às instalações e à dotação de recursos. Deste modo, a sua instituição em boa ordem vem consolidar as ideias governativas sobre Macau do Chefe do Executivo.”



WU YULIANG, Director do Departamento de Estudos do Ministério de Supervisão

Exercer uma fiscalização eficaz, promover a honestidade e a diligência na Administração

“Nos últimos anos, êxitos notáveis na construção de uma administração honesta e incorrupta e no combate à corrupção foram alcançados no Interior da China. Medidas principais: 1) Reforçar, nos termos da lei, o castigo dos corruptos; 2) Reforçar progressivamente a construção da política democrática e a fiscalização do público sobre as autoridades administrativas; 3) Reforçar as acções de educação e elevar o nível da ética profissional dos funcionários públicos e a sua capacidade de resistir à corrupção; 4) Acelerar o processo de reforma e eliminar o terreno propício à corrupção; 5) Criar um sistema de responsabilidade na construção de uma administração honesta e incorrupta e reforçar o sentido de responsabilidade dos funcionários; 6) Apostar no desenvolvimento da produtividade e aumentar o poder nacional integral.”

ACTIVIDADES COMEMORATIVAS DOS 10 ANOS EM PROL DA HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA



Lançamento da edição especial "10 Anos em prol da Honestidade e Transparência em Macau"; o Comissário contra a Corrupção, Dr. Cheong U, oferece um exemplar a Sua Excelência o Chefe do Executivo, Dr. Ho Hau Wah



Titulares de órgãos do Governo presentes no seminário



O Comissário contra a Corrupção e os oradores no seminário



Convidados cantando e dançando alegremente no jantar de encerramento



Conferência de imprensa sobre a emissão do selo comemorativo dos "10 Anos em prol da Honestidade e Transparência"

(09/2002)



Selo e envelope postal comemorativos dos "10 Anos em prol da Honestidade e Transparência"



Cartão telefónico comemorativo dos "10 Anos em prol da Honestidade e Transparência"

Entrevista ao Sr. Lei Pang Chu*



Pergunta: Desde a instituição do Alto Comissariado Contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa até ao actual Comissariado contra a Corrupção, decorreram já dez anos. Em termos gerais, que comentários lhe merece o seu funcionamento no combate à corrupção?

Lei: Os trabalhos desenvolvidos pelo CCAC, na sua fase de concepção e organização, passaram um pouco despercebidos da população. De

facto, a situação da corrupção antes da transição era extremamente repugnante aos olhos do público. Muitas coisas não podiam ser feitas sem dinheiro. Mesmo com o dinheiro preparado, era necessário, às vezes, “bater às portas certas”: “Se tem dinheiro, está-lhe aberta a torneira para apagar o incêndio; se não tem dinheiro, a torneira está-lhe fechada”. Era essa uma realidade conhecida de todos. As lacunas e zonas cinzentas, que existiam na legislação, criavam a oportunidade de os funcionários públicos praticarem actos de corrupção. Ao mesmo tempo, as formalidades burocráticas, excessivamente complicadas e enfadonhas, embaraçavam aqueles que tentavam observar rigorosamente as regras. Para resolver um caso, era preciso passar por numerosos órgãos e procedimentos administrativos, mas a população em geral não conhecia muito bem o circuito em causa. É de salientar, por isso, que as pessoas depositam grandes expectativas no CCAC. Em termos concretos, antes da transferência da Administração, o ACCCIA encontrava-se em fase de reestruturação e os cidadãos tinham grandes esperanças sobre esta instituição, mas acabaram por ficar desiludidos. Afinal, o ACCCIA conseguiu ou não alguns resultados? Sim, mas poucos aos olhos do público. O que as pessoas recordam não passa de umas poucas pequenas moscas apanhadas, mas nada de impressionante.

Mais expectativas depositadas no CCAC pela população

Depois do retorno de Macau à Pátria, o CCAC progrediu muito, o que se deve não só aos esforços envidados pelo seu pessoal, mas também a toda a equipa dos trabalhadores da função pública, à mudança da atmosfera social e ao estado de espírito dos residentes, ao sentirem-se donos de Macau. Daí que as expectativas em relação ao CCAC se tenham tornado ainda maiores e mais prementes. Testemunhámos os resultados que o CCAC alcançou em menos de três anos, como por exemplo a descoberta dos actos de corrupção praticados pelos funcionários do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e das duas ex-Câmaras Municipais Provisórias. No entanto, tanto quanto eu sei, muitos dos casos detectados pelo CCAC foram cometidos antes da transição. Mas, porque é que os casos de uso de recursos públicos em proveito privado não foram postos a descoberto antes da transição? É que foram situações de ilegalidade administrativa ou de corrupção nunca desmascaradas ao longo dos vários anos da sua existência. Existia ou não uma instituição de combate à corrupção? Existia, mas não denunciou os crimes. São casos de conhecimento de todos. Exemplificando: um carro de luxo apareceu na oficina de reparações da ex-Câmara Municipal Principal, facto comprovativo do uso de recursos públicos em benefício particular; um caso de corrupção envolvendo altos funcionários da ex-Câmara Municipal; o recém-descoberto caso de um fiscal de mercado eximia-se das suas obrigações, solicitando mercadorias, como contrapartida, etc. Todos estes casos foram cometidos antes da transição, mas apenas foram investigados em momento posterior. Os residentes reconhecem, finalmente, o trabalho desenvolvido pelo CCAC, mas permanecem insatisfeitos.

Queixa constante de trovoadas secas

No “LANCHE – Para Uma Sociedade Inocorrupção”, deste ano, tive a oportunidade de dizer ao Comissário contra a Corrupção, o seguinte: depois de um caso detectado, devem ser tornados públicos os respectivos processos de acompanhamento e de tratamento, bem como os resultados; caso contrário, os residentes sabem que há moscas grandes ou baratas grandes, mas não sabem se as mesmas foram ou não exterminadas — uma incógnita. Entre as vozes dos residentes, chegadas à comunicação social, não faltaram queixas pelas trovoadas secas. Como agentes da comunicação social, não pudemos deixar de fazer análises objectivas sobre este tipo de manifestações de insatisfação do público. Daí a nossa conclusão de que três pés de gelo nunca se formam num só dia. Os problemas sedimentam-se com o passar do tempo. Então, quais são as soluções? Tanto quanto eu sei, a seguir ao trabalho do CCAC deve o mesmo passar para o Ministério Público e para os órgãos administrativos. Creio que as medidas a tomar para conseguir resultados concretos e plausíveis junto da população, se prendem com uma coordenação efectiva de esforços nesta matéria, devendo ser alvo de ponderação, não só do CCAC, mas também dos órgãos administrativos e das instâncias jurídicas da RAEM.

E depois de remover a “tampa”?

Para conseguir êxitos verdadeiros, não basta remover a “tampa”, é necessário obter resultados. Penso que isto é fundamental. De acordo com as primeiras impressões dos residentes, o CCAC mostra-se corajoso em remover a “tampa” — o que é considerado muito positivo — mas qual é a sua actuação posterior?

DEPOIMENTOS DE MEMBROS DA SOCIEDADE

As pessoas ficam a aguardar. Foram estes os comentários que os leitores formularam nas suas cartas. Algumas delas foram tratadas directamente pelo jornal, enquanto outras foram remetidas para o Comissariado. Entre as cartas que recebemos, algumas referiam-se a casos em curso de investigação, outras não apresentavam provas suficientes e outras ainda não queriam revelar os nomes envolvidos. Da nossa parte, temos tentado o possível para entrar em contacto com os órgãos administrativos. Os exemplos acima mencionados abrangiam actos de irregularidade administrativa e casos de suspeita de corrupção. Temo-nos esforçado por cumprir o nosso dever, servindo de canal de comunicação e desempenhando o papel de fiscalização.

Regularização das formalidades e dos processos administrativos

Se é verdade que muitas das expectativas dos residentes foram correspondidas pelo CCAC, não é menos verdade que os residentes esperam algo mais. Embora os agentes de actos de corrupção e de ilegalidade administrativa se mostrem “relutantes em arriscar”, não é de excluir a possibilidade de haver pessoas que recorram a meios mais ocultos para cometer crimes. Gostaria de chamar a atenção do CCAC para o facto de que são muitas as expectativas dos residentes e os órgãos de comunicação social encorajam-nos a denunciar os casos. Porque é que à corrupção não são alheios muitos dos órgãos e procedimentos administrativos? Porque são demasiado complicados e incómodos. No passado, os residentes costumavam pensar: “Rápido em entregar o dinheiro e tudo se resolve!” Agora, não ousando aceitar ofertas, arrastam os processos. Alguns pequenos comerciantes e industriais desabafam: “Nunca paramos de formular convites para ‘tomar um café!’” Já falei com o Comissário sobre esta situação. Para resolver problemas deste género, é indispensável regularizar as formalidades e os procedimentos administrativos. Em Hong Kong, para trocar a bilhete de identidade, basta preencher um formulário. Em Macau, antes da transição, era um processo maçador; depois da transição, as melhorias registadas nos Serviços de Identificação e Serviços de Correios já merecem opiniões positivas, por parte da população. Se há serviços públicos que ainda não tenham conseguido tais melhorias, os residentes sentem certamente as inconveniências. Isto até pode suscitar um mau entendimento, desnecessário, dos residentes, levando-os a pensar que os corruptos são, afinal, melhores do que os incorruptos. É um conceito muito errado.

A noção de incorruptibilidade deve ser arregaçada nos jovens

É evidente que o CCAC necessita de reforçar as acções de sensibilização. Constatamos que o CCAC tem organizado palestras para as comunidades básicas e escolas. São acções que devem ser prosseguidas. Os jovens devem consolidar, desde pequenos, a consciência de incorruptibilidade e de servir a sociedade. Assim, se no futuro, se tornarem funcionários públicos, reflectirão um pouco, antes de praticar qualquer desvio de comportamento. Mesmo que escolha o comércio ou a indústria, em vez do funcionalismo público, enveredará pelo caminho certo, ajudando a valorizar o espírito de rectidão na sociedade.

Pergunta: Acha que é conveniente que em Macau seja introduzida uma lei semelhante à de “A Incompatibilidade entre os Rendimentos e a Categoria do Quadro” em Hong Kong ou à de “Origens Desconhecidas de Património de Elevado Montante”?

Lei: Do ponto de vista dos residentes, é desejável que seja introduzida a lei sobre “A Incompatibilidade entre os Rendimentos e a Categoria do Quadro”. É fácil compreender: como é possível que um funcionário público normal mude o seu carro de três em três meses ou de dois em dois meses, especialmente se se trata de um carro de grande marca ou de um automóvel de corrida? O marido tem um carro, a mulher tem outro e a família, no seu todo, possuem vários. Pode-se fazer um cálculo, com base no que ele ganha: um director de serviços é remunerado pelo índice 1000, será que um funcionário normal também ganha o mesmo? Se ele ultrapassa um director de serviços, no consumo, é porque existe algo de anormal.

Desejosos da introdução da lei sobre a “A Incompatibilidade entre os Rendimentos e a Categoria do Quadro”

Falei uma vez com um responsável dum banco e pudemos tirar lições das suas vivências. Sendo um homem cuidadoso, tem estado atento aos hábitos de consumo dos trabalhadores que chefia. E uma vez viu que um dos trabalhadores do seu banco se mostrou de mãos rotas. Mais tarde, descobriu que o trabalhador em causa não só estava viciado no jogo, como ainda aproveitava as suas funções para desfalcar o banco, retirando fundos em seu proveito. Este funcionário foi, claro, despedido. Para um banco com trezentos e tal empregados, é fácil acompanhar as situações que envolvem “A Incompatibilidade entre os Rendimentos e a Categoria do Quadro”. Os responsáveis dos departamentos “suculentos” costumam ser mais atentos, ao contrário dos departamentos mais “estéreis”, onde são limitadas as “margens de manobra”. Aos departamentos de natureza confidencial ou ligados aos crimes de inteligência, pode ser dispensada uma atenção redobrada. Mas estes não passam de miniaturas. No contingente dos trabalhadores da função pública, é muito mais difícil, se não forem estabelecidas normas. O mais importante é que os funcionários públicos devem ter a consciência de incorruptibilidade, cuja divulgação deve ser integrada na formação dos mesmos. Caso os órgãos públicos consigam fazer melhor, a carga do CCAC será aliviada.

* O resumo da entrevista do Sr. Lei, Redactor-Chefe do Jornal Ou Mun, foi publicado no capítulo “Depoimentos de Membros da Sociedade”, da edição especial “10 Anos em prol da Honestidade e Transparência em Macau”, lançada pelo CCAC. Desta vez, publicamos o texto integral da entrevista, sendo os subtítulos acrescentados pelo editor.

NOVIDADES

A recém-inaugurada Sala de Exposições do CCAC compreende três partes: a primeira, textos e imagens introdutórios à história do CCAC, sua estrutura orgânica, atribuições e competências e retrospectiva de alguns casos detectados; a segunda, maquetas das instalações do CCAC e objectos materiais, incluindo armas de fogo, balas, algemas e casse-têtes da polícia, usados pelo pessoal do CCAC, bem como simuladores de situações reais de processos; a terceira, dois jogos destinados à avaliação do grau do conhecimento dos visitantes sobre o CCAC.

No dia 22 de Setembro, o CCAC realizou, pela primeira vez, desde a sua criação, o “Dia de Abertura do CCAC ao Público”, tendo recebido cerca de 400 visitantes. Pretende-se com esta actividade facultar uma aproximação entre a instituição e o público e uma oportunidade deste a conhecer melhor. Está prevista a realização de outras visitas — antecipadamente marcadas — dos serviços públicos, associações e escolas, tendo por objectivo o reforço das acções de divulgação e sensibilização. Entidades interessadas podem contactar o Departamento de Relações Comunitárias através do número de telefone 326300.



Inauguração da Sala de Exposições do CCAC, presidida pelos Comissários contra a corrupção, de Macau e Hong Kong, respectivamente, Dr. Cheong U e Dr. Lee Siu-Kwong



Vista do interior da Sala de Exposições



Primeiro “Dia de Abertura do CCAC ao Público”, no dia 22 de Setembro, e o bom acolhimento da iniciativa pelos residentes



Os residentes demonstram grande interesse pelo vidro mono-reflector da Sala de Identificação



NOVIDADES



O Subdirector do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho do Estado, Xu Ze, de visita ao CCAC, acompanhada pela direcção do CCAC

(07/2002)



Visita do Comissário do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Macau, Dr. Wan Yongxiang, ao CCAC

(09/2002)



O Dr. Júlio Pereira, ex-Adjunto do Comissário do ACCCIA e actual Director Geral dos Serviços de Assuntos de Estrangeiros e Migração, dando aulas, em Macau, aos investigadores do CCAC

(07/2002)



Representantes de várias associações dos funcionários públicos e a direcção do CCAC, depois de uma conversa

(09/2002)



Na inauguração do sarau "Vamos construir uma Sociedade Incorrupta"

(08/2002)



Visita de dois Ombudsmen da Tailândia, Dr. Pichet Soontornpipit e Dr. Poonsup Piya-Anant

(10/2002)



Na 9.ª Conferência Mundial da Fundação de Prevenção do Crime na Ásia (ACPF) sobre a Prevenção do Crime e a Justiça Criminal, realizada em Tóquio, Japão, a Chefe do Gabinete, Dra. Ho Ioc San, e o Assessor, Dr. Ka Vai Vu, oferecem lembrança ao Presidente da ACPF, Dr. Kunihik Sakai

(10/2002)



Visita dos estagiários do Centro de Formação Jurídica e Judiciária

(10/2002)

CONCURSO PARA A CONCEPÇÃO DE SLOGAN E DESIGN DE CARTAZÉS

No dia 24 de Agosto realizaram-se, no Largo do Senado, a cerimónia de atribuição de prémios do concurso para a concepção de um *slogan* e *design* de cartazes sob o tema “Vamos construir uma Sociedade Incorrupta” e a exposição dos trabalhos premiados. O concurso teve por objectivos: sensibilizar a população para os valores da justiça e da incorruptibilidade e apelar a sua adesão à construção de uma administração limpa e incorrupta. Para a concepção do *slogan*, concorreram 331 trabalhos, e totalizaram 167 os trabalhos apresentados na categoria de *design* de cartazes — o que ilustra bem a repercussão positiva que o evento teve.



Exposição de trabalhos premiados



Membros do júri concentrados na apreciação dos trabalhos apresentados no concurso de design de cartazes



Fotografia em grupo, depois da cerimónia de entrega de prémios

O júri do concurso de *design* foi composto por: o Director da Escola Superior de Artes do Instituto Politécnico de Macau, Lei Chi Ngok; o *designer* de publicidade, Chan Heng Sang; o Presidente da Associação de Estudantes Chong Wa de Macau; Wong Sai Peng; e dois representantes do CCAC, Cristina Tang e Kuan Chon Kit. O júri do concurso do *slogan* integrou: o Coordenador da Escola Tung Nam, Lei Meng Kei; o Vice-Presidente do Conselho Executivo e a Secretária-Geral da Associação de Educação de Macau, Ho Sio Kam; o Secretário do Conselho Cultural da Associação Geral dos Operários de Macau, Chan Wai Chun; o Presidente da Associação de Estudantes Chong Wa de Macau, Wong Sai Peng; para além dos representantes do CCAC, Cristina Tang e Peter Wong.

TRABALHO DE TONG CHONG, 1.º CLASSIFICADO DO GRUPO PÚBLICO EM DESIGN DE CARTAZÉS

O 1.º classificado do Grupo Público, Tong Chong, disse que procurou usar uma linguagem, o mais simples possível, na representação dos resultados do combate à corrupção, com o objectivo de adaptar a transmissão da mensagem, por meio de cartaz, ao ritmo da sociedade, traduzido no facto de o público não ter muito tempo para ler os caracteres nos cartazes. Revelou que lhe tinham surgido muitas ideias e que acabou por criar a imagem de “1 + 1 = 2”, que depois de aperfeiçoamento, achou razoável.

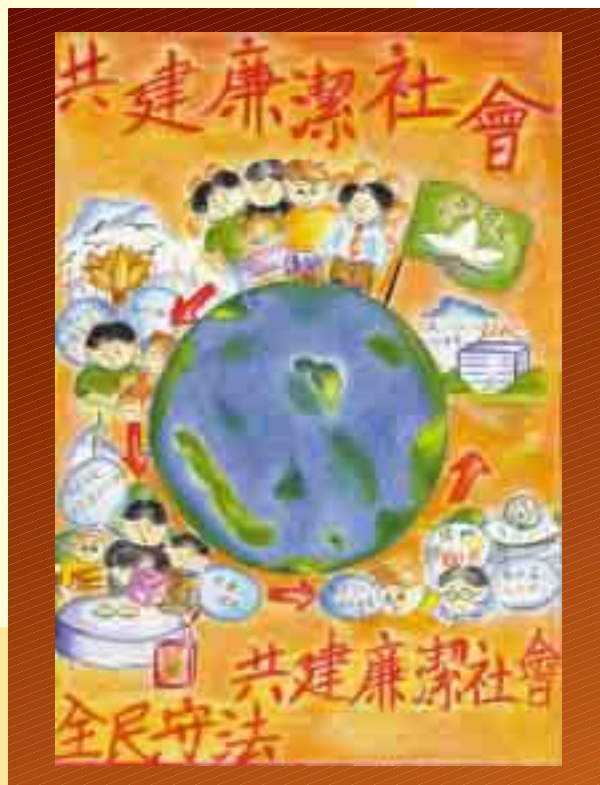


CONCURSO PARA A CONCEPÇÃO DE SLOGAN E DESIGN DE CARTAZES



TRABALHO DE LEE MING SAN, 1.º CLASSIFICADO DO GRUPO DE ESCOLAS SECUNDÁRIAS (MANUAL) EM DESIGN DE CARTAZES

O 1.º classificado do Grupo de Escolas Secundárias (Manual) em Design de Cartazes, Lee Ming San, inspirou-se nas duas mãos, retratadas no fresco *Criação do Homem*, de Michelangelo Buonarroti. Na obra de Lee, as duas mãos representam, respectivamente, os residentes e os funcionários públicos, em vez de Adão e Pai, numa metáfora que faz apelo à incorruptibilidade, de uns e doutros. A cor preta, que domina o trabalho, sugere que os corruptos nunca encontram luz, no futuro. Por sua vez, os caracteres em vermelho encerram uma alerta para não praticar actos de corrupção.



TRABALHO DE JOÃO HI, 1.º CLASSIFICADO DO GRUPO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS EM DESIGN DE CARTAZES

O 1.º classificado do Grupo de Escolas Primárias em Design de Cartazes, João Hi, é da Escola Concórdia para Ensino Especial. Afirmou que, para a sua participação no concurso, foi indispensável a ajuda do seu irmão mais velho, que lhe explicou os termos do regulamento do concurso. No seu cartaz, usou o Globo para representar a sociedade humana e a manifestação do desejo de reunir os esforços de todos para construir uma sociedade limpa e incorrupta.



Caligrafia de Ho Pan

TRABALHO DE CHAN SOI KAM, 1.º CLASSIFICADO EM CONCEPÇÃO DE SLOGAN

Chan Soi Kam compôs três slogans para o concurso, dado ser esse o número máximo de trabalhos que cada participante podia apresentar. A vencedora do concurso confessou que a vitória foi, para si, uma agradável surpresa.

“Envidemos todos os esforços no combate à corrupção, para criarmos juntos uma sociedade incorrupta”, diz o slogan composto por Chan Soi Kam. A autora galardoada lembrou ter sido repetidamente absorvida, na concepção do slogan, pelo desejo de realçar a ideia de que uma sociedade incorrupta depende dos esforços de todos e que promover o combate à corrupção é um dever da população e do Governo. Afirmou que a rima da frase foi contemplada na criação e que o trabalho, distinguido no concurso, resultou de múltiplas revisões. É desejo de Chan que o slogan, por ela concebida, contribua para reforçar a consciência de incorruptibilidade do público.

RECORTES DE JORNAIS

RAEM

CCAC desmantela gang de falsificadores de cartas de condução

400 GOLPES

LAJAGEM DE DINHEIRO

CTM REDUZ TARIFAS

PontoFinal

The infographic details the production and distribution of fake driving licenses. It starts with the 'FABRICAÇÃO DE CARTAS DE CONDUÇÃO FALSAS' (Production of Fake Driving Licenses) in the 'ZONA DE SUZOUKI' area. This leads to 'DISTRIBUIÇÃO DE CARTAS DE CONDUÇÃO FALSAS' (Distribution of Fake Driving Licenses) through various channels, including 'DISTRIBUIÇÃO DE CARTAS DE CONDUÇÃO FALSAS' (Distribution of Fake Driving Licenses) and 'DISTRIBUIÇÃO DE CARTAS DE CONDUÇÃO FALSAS' (Distribution of Fake Driving Licenses). The process involves 'FABRICAÇÃO DE CARTAS DE CONDUÇÃO FALSAS' (Production of Fake Driving Licenses) and 'DISTRIBUIÇÃO DE CARTAS DE CONDUÇÃO FALSAS' (Distribution of Fake Driving Licenses).

JORNAL TRIBUNA de Macau

Tudo de Macau sempre actualizado e radical

Brasil notamos sempre de dentro

África Internacional em 400 páginas

CCAC BIFURCA MAIS TRÊS CASOS ILÍCITOS

Documentos falsos e abuso de poder

Continuação da acção a corrupção em vários níveis: três casos para a Magistratura Pública, relativos à falsificação de documentos e abuso de poder

O Conselho Geral do Conselho Municipal de Macau, após a reunião de 20 de Junho de 2006, decidiu por unanimidade que o Conselho Municipal de Macau, através do Conselho Municipal de Macau, deve proceder à abertura de um processo de investigação para apurar a existência de um esquema de corrupção em vários níveis, relativos à falsificação de documentos e abuso de poder.

O Conselho Geral do Conselho Municipal de Macau, após a reunião de 20 de Junho de 2006, decidiu por unanimidade que o Conselho Municipal de Macau, através do Conselho Municipal de Macau, deve proceder à abertura de um processo de investigação para apurar a existência de um esquema de corrupção em vários níveis, relativos à falsificação de documentos e abuso de poder.

South China Morning Post

Macau puts brakes on sale of fake driving licences

Harsh Striving in Macau

Anti-corruption investigations in Macau have halted a racket in which fake Philippine driving licences were sold to more than 300 people in the territory, then exchanged for authentic local licences.

Investigators said suspected buyers included driving instructors and even policemen.

The fake documents were

According to the spokesman, the racket involved selling Philippine driving licences to local residents eager to obtain licences without having to take costly and time-consuming lessons and tests.

Under Macau's traffic regulations, residents can exchange driving licences legally obtained abroad for local licences, which are granted by the Civil and Municipal Affairs Bureau.

The spokesman said the involved, that exchanged big bonuses never visited

... driving instructors, chauffeurs employed in the private sector and the public administration and even several policemen among the suspects," the spokesman said.

He said 30 traffic accidents last year and in the first half of this year had involved suspects.

The spokesman also said the racket was believed to have raised 2.5 million patacas from selling the licences since it started operating in 2000.

He said authorities in the Philippines had co-operated with their Macau counterparts to help break up the racket.

CCAC APANHA FUNCIONÁRIO A ABASTECER CARRO COM SENHAS DO GOVERNO

Gasolina a balde

CCAC investiga denúncia. Seguiu suspeito e apanhou-o com a bacia na torção. Milhares de litros, de todas as marcas.

The image shows several fuel containers and documents. There are two large black plastic jerrycans, one with a white label that says 'CCAC'. There are also several smaller containers and documents, some with logos and text. The documents appear to be related to the investigation, possibly showing fuel receipts or records.

HOJEMACAU

8 de Junho de 2003

Guardava o jogo

Ontem, dia 31, à tarde, um guarda da Polícia, furtado, mas levando a sua farda com um casaco, foi encontrado, pelo pessoal do CCAC, dentro de uma loja situada na Rua da Madeira, juntamente com outras pessoas suspeitas de praticarem jogos com apostas.

O referido guarda exerce funções alheias nos Serviços de Apoio da Sede do Governo. O suspeito confessou, que ao longo do último ano, tivera abandonado 2 a 3 vezes por semana, o seu posto de trabalho durante o seu turno, para jogar. O guarda foi levado para os respectivos Serviços para tratamento do caso.

LEGISLAÇÃO (PERGUNTAS E RESPOSTAS)

CÁ ESTÁ, DE NOVO, O QUESITO! COMO COMBINADO, FOI OUVIR AS EXPLICAÇÕES DO DOUTOR SABEDOR SOBRE A “PROVEDORIA DE JUSTIÇA”. E ENTROU DIRECTAMENTE NO ASSUNTO.

Q: Oh Sr. Dr., já li o folheto do CCAC. Diz aqui, no 4.º ponto das suas atribuições, “Promover a defesa dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos das pessoas, assegurando a justiça, a legalidade e a eficiência da Administração Pública.” Como é que o CCAC assegura a justiça, a legalidade e a eficiência da Administração Pública?

S: Olha, Quesito, assegura de várias formas. Em primeiro lugar, recebendo e analisando as queixas apresentadas pelos cidadãos sobre ilegalidades e irregularidades administrativas, cometidas pelos funcionários ou agentes públicos. Se se provar a veracidade da queixa, o CCAC escolhe a melhor e mais eficaz forma de corrigir a situação.

Q: Mas como é que o CCAC sabe qual é a melhor forma?

S: Isto depende, às vezes, da fase em que se encontram os actos de ilegalidade ou irregularidade administrativa. Vou dar exemplo para te explicar melhor. Se, por exemplo, o procedimento ainda estiver a correr ou o acto dele decorrente ainda não tiver produzido efeitos, o CCAC, de uma intervenção informal, contacta com o serviço objecto da queixa e apresenta-lhe sugestões para corrigir a situação. Enfim, “a justiça oportuna é certamente melhor do que a justiça atrasada”!

Q: Pois é, Sr. Dr.! Antes, eu julgava que quando houvesse queixa ao CCAC, havia logo um processo!

S: Isso é uma prática tradicional, embora às vezes não pareça a melhor solução. É que o objectivo do CCAC é fazer com que o acto de ilegalidade ou irregularidade administrativa seja corrigido da forma mais rápida pelo serviço em causa. Quanto mais rápida seja a correcção, verifica-se a melhor eficácia na protecção dos direitos e interesses dos residentes.

Q: Ah, estou a ver!

S: Além disso, quando o CCAC acha conveniente que a questão seja tratada pelo serviço competente e a questão envolve apenas interesses particulares do queixoso, depois de obter a sua concordância remete a queixa para aquele serviço e acompanha a sua resolução. O CCAC só faz a tradicional instrução de processos quando vê que nenhuma das duas formas, que acabei de te explicar, é adequada. Aí, finda a instrução do processo, o CCAC emite recomendação



ou sugestão dirigida ao serviço em causa, se a circunstância o aconselhar.

Q: E se esse serviço não ligar à recomendação do CCAC, o que é que acontece?

S: Se esse serviço não aceitar a recomendação do CCAC tem que lhe explicar porquê, no prazo de 90 dias. Se não o fizer, o CCAC pode dar de novo a conhecer a sua posição ao superior hierárquico ou à tutela daquele serviço, e até pode levar o assunto ao conhecimento do Chefe do Executivo e revelá-lo publicamente. Mas olha, Quesito, a grande maioria das recomendações do CCAC tem sido aceite pelos serviços. Mais do que isso! Vários serviços pedem apoio ao CCAC para os ajudar a melhorar o seu funcionamento.

Q: Como é que o CCAC os pode ajudar?

S: A primeira maneira é realizar uma “pesquisa de funcionamento”. Ou seja, o CCAC realiza, em conjunto com o serviço em causa, a pesquisa e a análise do funcionamento deste último: diagnosticam-se os problemas; procede-se à discussão e ao estudo das melhores soluções para os erradicar ou melhorar; e, sempre consensualmente, o CCAC e o serviço definem as medidas que devem ser tomadas para otimizar o funcionamento administrativo e garantir a legalidade!

Q: Ah! Afinal, é isso a pesquisa de funcionamento! E há outras pesquisas?

S: Sim, Quesito! É a pesquisa de regimes. Isto é, ao descobrir, no decorrer de investigação de processo, a existência de lacunas, insuficiências, contradições e desactualizações em alguns regimes jurídicos, o CCAC procede a uma análise sistemática e integral, para depois emitir sugestões que visam o seu melhoramento e actualização.

Q: Sim Senhor! Afinal o CCAC tem funções importantíssimas para a vida das pessoas, além do combate à corrupção.

S: Claro, Quesito! E com a ajuda e o apoio de todos, o CCAC pode ser ainda muito mais eficaz, contribuindo para que a vida na RAEM seja cada vez melhor.

O QUESITO AGRADECEU AO DR. SABEDOR E FOI-SE EMBORA.





MIRADOURO



comercial e lavagem de dinheiro, que são crimes muito sérios. Empregados bancários e cambistas que aceitem subornos para ajudarem a tratar proveitos de crimes são passíveis de serem processados.

A ICAC (INDEPENDENT COMMISSION AGAINST CORRUPTION) E A POLÍCIA DE HONG KONG JUNTOS NA INVESTIGAÇÃO DE UM CASO DE CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO

A ICAC de Hong Kong instaurou, em 9 de Setembro de 2002, um processo contra oito pessoas, incluindo um ex-gerente superior bancário, alegadamente envolvidas num caso de lavagem de dinheiro transfronteiriça, facilitada pela corrupção, e que envolve um montante de 50 bilhões de dólares de Hong Kong.

Na origem desta acção judicial esteve uma denúncia de corrupção recebida pela ICAC, alegando que um gerente superior bancário terá aceite subornos para facilitar actividades de lavagem de dinheiro. Na sequência duma operação da ICAC, em Setembro de 2001, que conduziu à detenção de 39 pessoas, foi criado um grupo de investigação, composto por investigadores da ICAC e por oficiais do *Police's Commercial Crime Bureau*, com vista à pesquisa dos vários aspectos deste caso, incluindo corrupção, lavagem de dinheiro e burla.

Seis dos oito arguidos foram acusados de um total de seis crimes de corrupção e lavagem de dinheiro e o ex-gerente superior bancário foi acusado de mais dois crimes, nos termos do Regulamento de Prevenção de Suborno, por aceitar empréstimos, totalizando US\$20,000, de um outro arguido (accionista e director duma empresa), em duas ocasiões, respectivamente, em 1997 e 2001, em troca do favorecimento dispensado aos negócios que a empresa tinha com o banco, onde trabalhou.

Os porta-vozes da ICAC e da polícia alertaram os residentes para não participarem nas actividades ilegais de corrupção, burla

(Do website da ICAC de Hong Kong, 9 de Setembro de 2002)

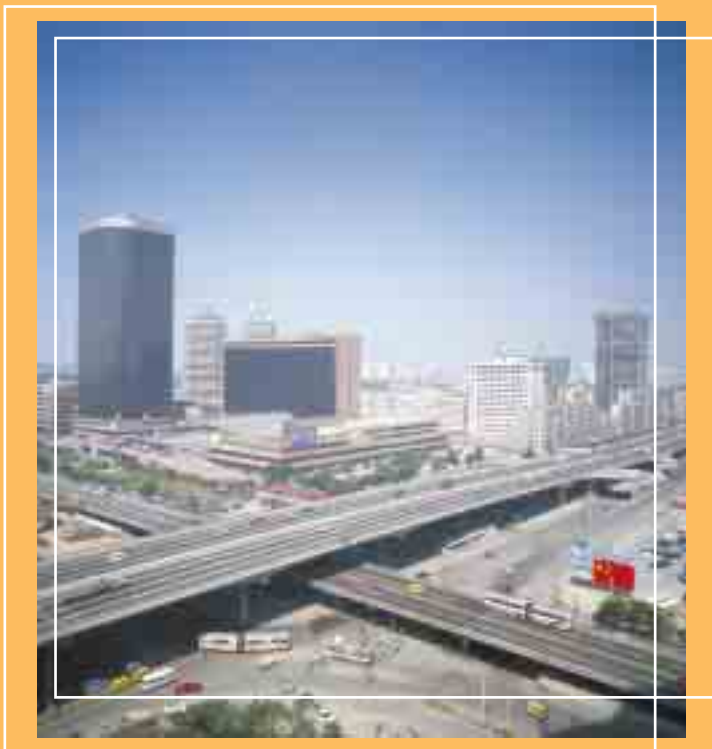
EX-PRESIDENTE DO BANCO HUAXIA CONDENADO A 7 ANOS DE PRISÃO POR CRIME DE CORRUPÇÃO

O processo de crime de corrupção do ex-Presidente do Banco Huaxia, Duan Xiaoxin, já foi julgado pelo Primeiro Tribunal de Instância Intermédia de Beijing. Conforme a decisão do tribunal no primeiro julgamento, o arguido foi condenado a pena de prisão de 7 anos, sendo confiscado o seu património particular no valor de 80 mil renminbi.

Em Dezembro de 1998, aproveitando a conveniência das suas funções como Presidente do Banco Huaxia, Duan aceitou o pedido de empréstimo feito por um empresário de apelido Cai, em nome duma empresa, e autorizou a atribuição dum empréstimo no valor de 150 milhões de *renminbi*, sem ter efectuado uma pesquisa cuidadosa sobre os documentos falsos deliberadamente fornecidos pelo mesmo. Para tal, o arguido aceitou duas vezes, respectivamente em Fevereiro e Abril de 1999, ofertas de Cai totalizando 50 mil *renminbi* e 3 mil dólares americanos.

O tribunal considerou que enquanto funcionário público, Duan aproveitou a conveniência das suas funções para facilitar a um empresário a obtenção de interesses ilegais e aceitou ilegalmente dinheiro de outras pessoas, acto esse que já constitui o crime de corrupção passiva.

(Do website da Zhongxin Net, 22 de Agosto de 2002)



CITAÇÃO

Os dias prósperos não vêm acaso; são granjeados, como as searas, com muita fadiga e com muitos intervalos de desalento.

- Camilo C. Branco



Fotografia de Chan Kuong Chong



廉政公署
CCAC

澳門特別行政區廉政公署
Comissariado contra a Corrupção - RAEM

Alameda Dr. Carlos d' Assumpção, Edif. *Dynasty Plaza*, 14º andar.
Linha Vermelha - 24 horas: 361212 Fax - 362336 <http://www.ccac.org.mo>

Caso tenha conhecimento de prováveis actos de corrupção e de ilegalidade administrativa, queira contactar com o CCAC e forneça-nos todas as informações ao seu alcance. O seu apoio e colaboração são indispensáveis para o sucesso da prevenção e do combate à corrupção.

GUARDAMOS A CONFIDENCIALIDADE DAS SUAS QUEIXAS